

Falta explicar o que fazer com a dívida

ROLF KUNTZ 21 ABR 1993

O Brasil pode estar perto de novo milagre. O governo promete, segundo a ministra do Planejamento, derrubar a taxa de juros, cortar o déficit público, diminuir a inflação, investir em programas sociais e levar a economia ao crescimento. Só falta explicar alguns detalhes. O primeiro é o seguinte: que vai ser feito dos papéis federais no mercado, cerca de US\$ 39 bilhões? Sem mexer na dívida pública, ninguém dará um fim à ciranda financeira.

Até agora, circulou só uma solução atribuída ao ministro da Fazenda, Eliseu Resende: substituir o fundão por um depósito a vista remunerado

(DVR), com juros menores e encaixe compulsório de 25%. Dos US\$ 20 bilhões de Bônus do Banco Central (BBC) em poder dos aplicadores, US\$ 2 bilhões seria podados com a economia de juros. Para resgatar outros títulos, o Tesouro poderia vender ações de estatais. Além disso, com impostos maiores e gastos mais controlados, poderia dispor de um superávit fiscal para recomprar papéis.

Com toda essa manobra, o governo se livraria da obrigação de rolar, diariamente, enorme volume de títulos, diminuiria seus encargos financeiros, poderia operar com juros mais baixos e teria maior controle da moeda. Esse controle tem sido precário.

Se houver um esquema parecido com esse, restará saber se o mercado estará disposto a negociar. Essa disposição dependerá, em boa parte, de como esteja sendo avançando a execução orçamentária. Até agora, o Orçamento Geral da União é puro desastre.

Ninguém explicou como se vai controlar a liberação de verbas e dar conta do aumento salarial do funcionalismo e de outros gastos não previstos nas contas. Sem veto à lei do Orçamento, a programação financeira dificilmente será controlada — a menos que o ministro da Fazenda atropele as decisões do Congresso.

O imposto sobre o cheque provavelmente não renderá,

nesto ano, mais que US\$ 2,5 bilhões. Mas a arrecadação de outros impostos tem crescido e o grande problema, em 1993, será mesmo a contenção de gastos. O equilíbrio financeiro será complicado não só na área federal. Os governadores tendem a gastar mais, com a abertura da campanha presidencial, e cobrarão facilidades na renegociação de seus débitos.

Para completar: qualquer programa se iniciará com a inflação perto de 30% ao mês. Só isso já torna arriscada qualquer tentativa de afrouxar a taxa de juros — a menos que as expectativas melhorem radicalmente em pouquíssimo tempo. Isso exige mais que promessas mal costuradas.

ESTADO DE SÃO PAULO

6ª Turma